

1           **ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA**  
2           **CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO REALIZADA EM 19 DE**  
3           **OUTUBRO DE 2020.**

4           Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às quatorze horas e dez minutos, em  
5           videoconferência - Plataforma *Zoom*, reuniram-se representantes do Conselho Municipal dos  
6           Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA-Rio, com a presença dos conselheiros, titulares  
7           e suplentes, e convidados, para tratar dos seguintes assuntos: **1-Leitura e aprovação da ata**  
8           **da assembleia de 14/09/2020; 2-Lançamento do ECA 30 anos – CEDECA RJ e Furnas; 3-**  
9           **Informes sobre andamento dos financiamentos do FMADCA; 4-SIPIA; 5-Informes das**  
10           **Comissões.** A assembleia foi iniciada pela presidente do CMDCA-Rio, conselheira Nancy  
11           Soares Torres, que, desejando boas vindas aos participantes, reportou-se à pauta: **1-Leitura e**  
12           **aprovação da ata da assembleia de 14 de setembro de 2020:** feita a leitura da ata da  
13           assembleia do dia 14/09/2020. A Sra. Carolina Ferreira solicitou uma correção na ata, na linha  
14           93, com a inclusão do seguinte texto: "e que neste sentido, o silêncio não poderia ser  
15           interpretado como ausência de problemas". A ata foi aprovada pelos 11 conselheiros presentes  
16           à hora da votação. **2-Lançamento do ECA 30 anos – CEDECA RJ e Furnas:** A Assistente  
17           Social Claudia Tenório, da Gerência de Responsabilidade Social de Furnas, agradeceu a  
18           oportunidade do convite e relatou que a empresa, desde o ano de 2005, iniciou o projeto  
19           "Empresa Amiga da Criança", o que a articulava ao CMDCA-Rio. Informou, ainda, que no ano  
20           de 2015 realizou um seminário com o CEDECA RJ, o CMDCA-Rio e o Comitê de Mega Eventos  
21           e estreitou os laços dessa ação com a divulgação e impressão do Estatuto da Criança e do  
22           Adolescente - ECA. Ressaltou que após o período eleitoral os exemplares do ECA seriam  
23           distribuídos. O Sr. Pedro Pereira agradeceu à Presidente Nancy Torres pela divulgação deste  
24           projeto. Informou que a entidade tinha como uma das ações a disseminação do ECA. Com a  
25           parceria com Furnas era oportunizada a impressão dos exemplares da Lei. Destacou que o  
26           CEDECA RJ realizava oficinas de atualização sobre o ECA e que o documento poderia ser  
27           baixado no formato digital no *site* da entidade. Disponibilizou o contato da entidade pelo e-mail  
28           atendimentocedeca.org.br ou através do *site* [www.cedecarj.org.br](http://www.cedecarj.org.br). A conselheira Lucimar  
29           Correa agradeceu o recebimento dos exemplares do ECA no CMDCA-Rio, ressaltando que o  
30           Conselho era muito solicitado com pedidos da Lei. **3-Informes sobre andamento dos**  
31           **financiamentos do FMADCA:** A Presidente Nancy Torres informou que o CMDCA-Rio  
32           aprovara três deliberações que autorizavam a utilização de recursos do Fundo Municipal para  
33           Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMADCA para as entidades de  
34           acolhimento institucional e de atenção a crianças e adolescentes em situação de rua, além do  
35           aditamento de 03 meses nos termos de fomento das entidades selecionadas no Edital de 2017,  
36           que careciam de encaminhamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos  
37           Humanos - SMASDH. O conselheiro Guilherme Maltarolli, coordenador da Comissão de  
38           Orçamento, ressaltou que já se estava no mês de outubro e o aporte financeiro visava atender à  
39           situação de pandemia. A Sra. Elaine da Silva, da Gerência de Termos – GTE/SMASDH,  
40           informou que alguns aditivos já tinham sido publicados e estavam aguardando o pagamento do  
41           município. Informou, ainda, que o recurso seria pago às entidades retroativo ao fim dos termos  
42           de fomento, que se dera em agosto de 2020. A conselheira Lucimar Correa informou que a  
43           Comissão de Orçamento enviou um ofício à SMASDH e não obteve respostas. A conselheira  
44           Sandra Marques ponderou que esse recurso seria uma forma de ressarcir as entidades que já  
45           tiveram os gastos para esse período do aditivo. O Sr. Adolpho Breder ressaltou que o recurso  
46           era do FMADCA, defendendo luta pela autonomia do Conselho na sua deliberação. A Sra.  
47           Elaine da Silva informou que a GTE recebera em outubro o ofício do CMDCA-Rio que informava  
48           sobre o financiamento das entidades privadas de acolhimento institucional e de atenção a  
49           crianças e adolescentes em situação de rua. Esclareceu, ainda, que muitos profissionais  
50           estavam em home office, o que dificultava o trabalho a ser realizado. A Presidente Nancy Torres  
51           solicitou o acesso às minutas dos termos antes da assinatura. A conselheira Lucimar Correa  
52           solicitou esclarecimentos dos trâmites dos processos de financiamento com recursos do

53 FMADCA. A conselheira Maria America Reis considerou inadmissível o processo de contratação  
54 de empresa para elaboração do diagnóstico da situação da infância está tramitando desde o  
55 início do ano de 2019, uma vez que o recurso estava previsto no plano de aplicação do  
56 FMADCA. O Sr. Jaime Paulino sugeriu o agendamento de uma reunião para esclarecer todas as  
57 dúvidas dos processos envolvendo recursos do FMADCA. Reconheceu a necessidade dos  
58 setores se aproximarem. A conselheira Inês Salles relatou sua experiência em outro conselho  
59 para diminuir a burocracia. A Sra. Regina Leão, conselheira do CONANDA – Conselho Nacional  
60 dos Direitos da Criança e do Adolescente, sugeriu uma melhoria na comunicação interna do  
61 CMDCA-Rio. Relatou que o CONANDA tinha convidado os deputados para participarem de sua  
62 assembleia, como uma estratégia de aproximação. **4-SIPIA:** A Sra. Regina Leão, Presidente do  
63 Comitê Gestor do SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, informou que  
64 a ferramenta foi criada em 2003, com objetivo de gerar um diagnóstico das políticas públicas  
65 para as crianças e os adolescentes. Destacou que era importante qualificar o sistema de  
66 garantia de direitos (violações e ameaças). O Sr. Sergio Teixeira, Coordenador Estadual do  
67 SIPIA, destacou que este era um sistema de informações da infância e da juventude. Esse  
68 sistema produzia várias estatísticas e ajudava no problema da subnotificação da violação de  
69 direitos de crianças e adolescentes. A proposta era que o sistema pudesse unificar todas as  
70 informações. O Sr. Luis Claudio de Santana, representando o Subsecretário Nayt Junior, da  
71 Subsecretaria de Direitos Humanos/SMASDH, informou que a SMASDH estava com o plano de  
72 ação para implementação do SIPIA e o cronograma previa que até o dia 21/12/2020 todos os  
73 conselhos tutelares teriam o sistema instalado. O Sr. Sérgio Teixeira informou que todo o  
74 acesso ao sistema era *online* e que poucos na Cidade do Rio de Janeiro o estavam utilizando.  
75 Esclareceu que era necessário cadastrar a rede no sistema e esse era um dos desafios. O Sr.  
76 Luis Claudio de Santana informou que a equipe de informática da SMASDH estava realizando  
77 visitas a todos os CTs para verificação das reais necessidades de estrutura dos equipamentos.  
78 O Sr. Sergio Teixeira informou que para a inscrição dos conselheiros era necessário o termo de  
79 posse e o período do mandato. A Sra. Ana Paula Guarani, assessora da Subsecretaria de  
80 Direitos Humanos, informou que a SMASDH tinha um projeto piloto e uma proposta que fora  
81 apresentada ao CMDCA-Rio. O Sr. Sergio Teixeira ponderou que a prioridade era a  
82 infraestrutura dos CTs. A conselheira Lucimar Correa afirmou o compromisso do CMDCA-Rio  
83 em fazer uma campanha do uso do SIPIA nos conselhos tutelares. A conselheira Milena  
84 Salgueiro, do CT de Vila Isabel, informou que era necessário cadastrar as entidades e que  
85 faltava estrutura no CT para isso. Sugeriu uma capacitação do SIPIA para toda a equipe do CT.  
86 A conselheira Maria America Reis relatou que fez visitas e um relatório da condição estrutural  
87 dos conselhos tutelares e que a maioria estava em péssimas condições. O Sr. Sergio Teixeira  
88 ponderou que o Município do Rio de Janeiro deveria ter 63 conselhos tutelares, mas só contava  
89 com 19 unidades. A Presidente Nancy Torres destacou que o CMDCA-Rio precisava deliberar  
90 sobre a implementação do SIPIA. Foi sugerido uma assembleia extraordinária para aprovar esta  
91 deliberação. O Subsecretário Nayt Junior saudou os presentes e reiterou o compromisso com  
92 uma política integral para crianças e adolescentes. Informou que solicitaria uma nova visita do  
93 Sr. Anderson Ferreira, do Setor de Informática/SMASDH, para avaliação da situação dos  
94 equipamentos dos CTs. A Sra. Ana Paula Guarani informou que devido às discussões travadas  
95 na presente reunião, o plano de ação seria reformulado, com apresentação de um novo  
96 cronograma. **5-Informes das Comissões:** O conselheiro Guilherme Maltaroli disse que os  
97 informes da Comissão de Orçamento já tinham sido tratados no item 3 da pauta. A conselheira  
98 Inês Salles, coordenadora da Comissão de Políticas Públicas, informou que estavam analisando  
99 e estudando os documentos sobre o Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes. A  
100 conselheira Miná Taam, coordenadora da Comissão de Garantia de Direitos, informou que a  
101 Comissão estava finalizando o relatório da reunião sobre o direito de crianças e adolescentes no  
102 futebol. Saliou que ficaram com a pendência de realizar uma reunião com os dirigentes dos  
103 clubes de futebol. Informou que a Comissão recebia poucos processos de registro de entidades,  
104 dado o contexto de interrupção de atividades institucionais por conta da pandemia. A

105 conselheira Daniele Almeida, da Comissão de Comunicação, informou que o informativo deste  
106 mês teria como tema o COMDOC - Comitê Gestor Municipal de Política de Erradicação do Sub-  
107 Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação. Informou, ainda, sobre a  
108 *live* sobre direitos humanos e sexuais de crianças e adolescentes, no dia 28/10/2020, às 14  
109 horas, pelo no *facebook*. A conselheira Maria America Reis informou que as reuniões do Grupo  
110 de Trabalho para Revisão do Plano Municipal de Enfrentamento às Violências Sexuais contra  
111 Crianças e Adolescentes vinham caminhando bem. A conselheira Lucimar Correa informou que  
112 o Grupo de Trabalho para Revisão da Política Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes  
113 em Situação de Rua estava realizando suas reuniões e faria algumas adequações, a partir do  
114 censo de população em situação de rua, coordenado pelo Instituto Pereira Passos - IPP e  
115 SMASDH. O Sr. Pedro Pereira informou que o Fórum DCA se reunira no dia 15/10/2020, e se  
116 reuniria novamente no dia 26/11/2020, para acolher uma sugestão da conselheira Maria  
117 America Reis, acerca da elaboração de uma carta de compromissos direcionada aos candidatos  
118 a Prefeito do Rio de Janeiro. A conselheira tutelar Ana Carolina Loureiro cobrou um  
119 posicionamento do CMDCA-Rio sobre o regimento interno dos conselhos tutelares. A Presidente  
120 Nancy Torres esclareceu que foram feitas considerações e encaminhadas ao Ministério Público,  
121 ainda sem manifestação daquele órgão. A Sra. Ana Carolina Loureiro ressaltou que a  
122 Resolução Nº 170 do CONANDA só era cumprida quando interessava. A Presidente Nancy  
123 Torres ponderou que algumas situações precisavam ser modificadas e que o CMDCA-Rio  
124 deveria opinar antes de qualquer publicação. A conselheira Maria America Reis informou sobre  
125 o acordo de cooperação contra o trabalho infantil. Destacou a necessidade de prevenção e  
126 erradicação do trabalho infantil. Não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi  
127 encerrada às 18h30 e a ata segue assinada pela Presidente e Primeira e Segunda Secretárias,  
128 em 19 de outubro de 2020.

129  
130  
131 **Nancy Soares Torres**  
132 **Presidente**

133  
134  
135 **Lucimar Correa Pereira**  
136 **Primeira Secretária**

137  
138  
139 **Marcia Rodrigues Pires**  
140 **Segunda Secretária**